



AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS¹

Jakellinny Gonçalves de Souza Rizzo²
Leandro de Souza Silva³
Maurício José dos Santos Silva⁴
Deyvid Tenner de Souza Rizzo⁵

Eixo Temático: Educação Física e Inclusão

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo realizar um breve levantamento sobre as práticas pedagógicas do professor de Educação Física para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todo o sistema de ensino brasileiro. Nesta perspectiva, enquanto metodologia de investigação optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, onde realizamos um estudo bibliográfico e documental. Os resultados apontam que os professores de Educação Física podem contribuir para a educação das relações étnico-raciais por meio de suas práticas pedagógicas, valorizando a diversidade cultural, incluindo a cultura e identidade da população negra.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Lei 10.639/03; História e Cultura Afro-brasileira.

1. DESENVOLVIMENTO

Durante muitos anos os negros que chegaram ao Brasil foram considerados seres inferiores aos brancos em decorrência dos tempos de escravidão, fazendo com que seus traços culturais fossem marginalizados, discriminados ou até mesmo silenciados da sociedade em geral.

Um país caracterizado pela desigualdade baseada pela raça, considerando uma classe dominante, no caso do Brasil, em processo de construção desconsiderou as diversidades étnicas e culturais, conforme podemos ver na fala de Munanga (2002):

No fim do século XIX e início do século XX, havia toda uma polêmica criada pela elite intelectual. Pensava-se que o único caminho

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Aluno do PPGEdU UFGD.

³ Aluno do PPGEdU UFGD.

⁴ Aluno do PPGEdU UFGD.

⁵ Prof. Dr. Curso Educação Física (MAGSUL).



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

para construir a identidade brasileira seria por meio da eliminação das diversidades tanto biológicas quanto culturais, e isso passaria pelo processo de miscigenação que acabaria com a existência do índio e do negro, teríamos uma nova raça, que não seria mais nem índia nem negra, mas que seria uma raça branca. Muitos autores desse período acreditavam que, no ano 2000, o Brasil seria totalmente branco e, se estivessem vivos poderiam ver que as suas previsões não deram certo, pois o Brasil não é branco, o Brasil é diverso (p. 12).

Com isso foram em busca de reconhecimento histórico, então após anos de indagações, lutas e reivindicações do Movimento Negro a comunidade negra brasileira conquistou reconhecimentos, como a implementação da Lei 10.639/03 que inclui na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação que torna obrigatório do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todo o sistema de ensino brasileiro.

É preciso modificações no contexto social brasileiro, sendo indispensável à aplicabilidade de leis que repudiem comportamentos racistas, em virtude disso este estudo tem como objetivo enfatizar como a educação física pode contribuir para a aplicabilidade da Lei 10.639/03 através de práticas pedagógicas antirracista, abordando a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA: PERSPECTIVAS DA LEI 10.639/03

A obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira e Africana no sistema educacional são resultados de muito tempo de discussões do Movimento Negro, sendo apenas em 2003 após anos de lutas criada a Lei 10.639 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Bem precisa, em seu Artigo 26–A estabelece que:

Art. 26–A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Enfatizando a magnitude da Lei 10.639, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Deste modo, a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana definiu que:

[...] orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo á construção nação democrática (BRASIL, 2004, p. 31).

Atribuindo assim, que as escolas por meio da educação abordem a temática com a devida importância, baseando-se na construção estratégias educacionais na tentativa de combater o racismo, formando uma sociedade com igualdade racial, sem discriminação, conquistando a valorização e respeito da diferença racial presente na sociedade brasileira.

Espera-se com Lei 10.639/03 a descolonização do currículo euro centrado, que segue o modelo europeu, fundamentado na cultura branca europeia, ocasionando o silenciamento da cultura negra.

O sistema educacional brasileiro em processo de constituição no início do século XX teve como uma de suas premissas o silenciamento sobre as tradições culturais africanas. O saber dominante reproduzido pela historiografia oficial ignorou e colocou na obscuridade a história e a cultura negra, e seus elementos não entraram, portanto, no ambiente escolar, através dos currículos. (Neves, 2008, p.97)

Através da implementação da Lei 10.639/03 nota-se que trouxe avanços significativos para as questões étnico-raciais, promovendo um currículo multicultural e heterogêneo, como alega Souza, 'é preciso familiarizar-se com o tema':



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

No meu entender, ao tratarmos de assuntos africanos em geral e História da África em particular, devemos partir do princípio de que temos pouca, ou mesmo nenhuma familiaridade com os temas relativos ao continente africano. Dessa forma, o estudo e a pesquisa são requisitos fundamentais para adquirirmos essa familiaridade e aprofundar o estudo sobre a África. (SOUZA, 2012, p. 23)

Prontamente, ao incluir no currículo escolar o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira propõe-se contribuir para uma educação antirracista e multicultural, contribuindo para os conhecimentos e a valorização de suas raízes, reconhecendo a população negra como um marco histórico social brasileiro.

Gomes (2003) referencia ao corpo como forma de expressão da identidade negra

A educação pode desenvolver uma pedagogia que destaque a riqueza da cultura negra inscrita no corpo, nas técnicas corporais, nos estilos de penteados e nas vestimentas, as quais também são transmitidas oralmente. São aprendizados da infância e da adolescência. O corpo negro pode ser tomado como símbolo de beleza, e não de inferioridade. Ele pode ser visto como o corpo guerreiro, belo, atuante presente na história do negro da diáspora, e não como o corpo do escravo, servil, doente e acorrentado como lamentavelmente nos é apresentado (p. 81).

Como foco desse estudo, adentraremos as contribuições da educação física para o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, área que vem ganhando espaço, pois atualmente atua de forma ativa na formação do aluno, auxiliando no (re) conhecimento da diversidade cultural, formando cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Sabemos que as instituições escolares tem como papel servir a sociedade em uma de suas necessidades básicas a educação e que essas instituições se utilizam de um currículo, ferramenta essa que é utilizada como meio de transmissão de conhecimentos, informações e saberes diversos, sendo que o mesmo é capaz de fixar posições de poder/saber na sociedade em que está instituído, por esse motivo acreditamos na



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

necessidade de os estudos das relações étnico-raciais estarem presentes nos currículos escolares.

Sendo assim acreditamos que a Educação Física Escolar é uma das disciplinas que não deve ser privado ou negligenciado em seu currículo as atividades/conteúdos das relações étnico-raciais, pois essa disciplina escolar tem uma proximidade com o alunado que outras disciplinas não proporcionam.

Segundo Silva (1995) “o currículo não é [...] um meio neutro de transmissão de conhecimento ou informações, [...] e essas narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares sobre gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos”.

Marques (2010) afirma que “os estudos sobre temas decorrentes da história e cultura africana e afro-brasileira não se restringe apenas à população negra, mas diz respeito a todos os brasileiros, cidadãos atuantes numa sociedade plural e multiétnica, visando à construção de uma sociedade democrática e igualitária”.

A história registra que a educação brasileira foi construída em torno de conceitos eurocêntricos, fato esse que hierarquizou as culturas, os valores e as crenças, formando no nosso país uma cultura educacional centrada nas atividades/conteúdos de interesse de poder, ocasionando uma resistência a descentralização desses conteúdos que somados a falta de interesse por parte de todo corpo escolar resulta-se na fixação de valores e saberes.

Quando se pretende fazer algo de diferente a falta de conhecimento ou conhecimento estereotipado sobre as relações étnico-raciais, acabam por sistematizar ainda mais a discriminação e o preconceito aos cidadãos negros e afrodescendentes, por esse motivo ressaltamos da necessidade de formação continuada sobre a lei 10.639/2003 para todo corpo docente escolar.

Esse tipo de discriminação e preconceito esta presente no cotidiano escolar conforme apontados por diversos estudos e principalmente nos resultados iniciais apontados pelo GEPRAFE-UFGD (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Relações Étnico-Raciais e Formação de Professores e Educação), porém essa situação ainda é ignorada pela maior parte das instituições escolares, pois é comum entre o corpo escolar a negação de uma maioria quando se trata da existência discriminação e do preconceito



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

contra as crianças negras, mesmo que o preconceito seja cordial ou discriminação oculta.

Nesse sentido observa-se que:

A instituição escolar esta construída sobre a afirmação da igualdade, enfatizando a base cultural comum a que todos os cidadãos e cidadãs deveriam ter acesso e colaborar na sua permanente construção. Articular igualdade e diferença, a base cultural comum e expressões da pluralidade social e cultural, constitui hoje um grande desafio para todos os educadores (CANDAUI,2002, p. 9).

Quando pensamos em instituição escolar, devemos sempre abordar o princípio de que esses sistemas educacionais são obrigados a obedecer e acatar as legislações existentes sabemos que existem legislações que prevê um currículo escolar capaz de reproduzir, descolonizar e reconstruir um ser humano capaz de conhecer, respeitar as diferenças e suas manifestações.

Considerando que os objetivos do componente curricular Educação Física, de acordo com Pinho (2007), devem influenciar na socialização dos/as educandos/as, os/as profissionais têm a possibilidade de desvelar as potencialidades físicas e intelectuais de todos os alunos independentemente da raça/cor. E assim, dependendo de sua prática pedagógica, eles/as podem ou não contribuir para o desempenho do alunado negro no sistema de ensino.

No documento oficial do governo federal o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, existem varias metas, objetivos, planos de ações e atribuições dos sistemas de ensino municipal, estadual e federal que visam um currículo que enfatize os temas em questão.

Para a disciplina de Educação Física Escolar que é o foco desse trabalho, temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997, do qual citamos abaixo alguns trechos referentes à construção de um PPP (Projeto Politico Pedagógico) que cumpra com objetivos estabelecidos por este documento.

De acordo com o PCN (1997, v.7) o que se espera de um aluno no final do primeiro ciclo é que os mesmos sejam capazes de:



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

- Participar de diferentes atividades corporais procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais.
- Conhecer, valorizar, apreciar, desfrutar de algumas manifestações culturais, corporal presentes no cotidiano.

O mesmo PCN (1997, v.7 p.77) cita que no final do segundo ciclo um dos critérios de avaliação do professor para o aluno é que: “o aluno reconheça as formas de expressão de cada cultura e espera-se também que o aluno tenha uma postura receptiva, não discrimine produções culturais por quaisquer razões sociais, étnicas ou gênero”.

Considerando a importância da cultura africana e afro-brasileira para o nosso país e de acordo com a negligência que a mesma tem sido abordada nas instituições escolares, por meio de estudos iniciais sabemos que as atividades/conteúdos étnico-raciais mesmo estando amparada por lei, não aparecem nos PPP's da maior parte das instituições escolares, quando aparecem não são de fato executados e quando executados estão sendo de maneira esporádica, estereotipada, sem continuidade, sem comprometimento e superficial.

Acreditamos que a escola, no papel de formação de novos cidadãos, tem apresentado falhas nessa função, segundo Fleuri e Souza (2003), “quando as diferenças culturais são trabalhadas de numa perspectiva estereotipada, focalizando-se apenas superficiais fenômenos culturais” e isso deixa “de valorizar devidamente e com isso não consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem”.

A Educação Física brasileira precisa, assim, resgatar a capoeira enquanto manifestação cultural, ou seja, trabalhar com a sua historicidade, não desencarná-la do movimento cultural e político que a gerou. Conforme dito é necessário para o desenvolvimento do aluno o resgate dessas expressões corporais e também é preciso que a escola e professores tenham a capacidade de aprofundamento desse conteúdo, pois dessa maneira esta sendo a escola uma escola intercultural e de colonial do saber/poder (SOARES, 1992, p.53).

Entende-se que são vários os elementos que constituem a cultura afro-brasileira e africana nas aulas de educação física, proporcionando aos alunos oportunidade de vivenciar diferentes manifestações culturais, assim o papel do professor de educação



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

física denota a disseminação do respeito à diferença, valorização da diversidade racial, eximindo assim quaisquer posturas preconceituosas, de segregação e discriminação no contexto escolar.

De acordo com Souza (2005):

Podemos lembrar quando o assunto é esporte e população afro-brasileira é a divisão corpo e mente. A cultura escravista deixou como marca a distinção entre atividades intelectuais e braçais, de acordo como que a sociedade é dividida. A população afro-brasileira quase sempre está associada aos esportes ou profissões distintas das ocupações intelectuais. Esta representação enfatiza o corpo em detrimento do intelecto, o que pode levar à naturalização das desigualdades sociais (p. 81).

Neste sentido, nota-se a necessidade de considerar a Lei 10.639/03 para prosseguir buscando uma Educação Física antirracista, pois, há na escola práticas ocultas responsáveis por impor o “branqueamento”, tendo em vista as diferentes formas de se perceber os sujeitos. Assim, gênero e raça são percebidos como uma possibilidade de leitura das relações sociais no cotidiano da educação física escolar (CORSINO e AUAD, 2012).

Sabemos que estudos já vêm sendo realizados e desenvolvidos, pretende-se pelos quais verificar/analisar se a implementação da história e cultura africana e afro-brasileira estão de fato se efetivando de forma eficaz nas aulas de Educação Física nas escolas públicas e isso é tão importante que aconteça para que busquemos estratégias e assim dialogar com as instituições escolares e principalmente com os professores de Educação Física escolar “se os mesmos sentem-se preparados para atender a lei 10639/03 nas escolas?” O importante aqui é ressaltar que esses estudos não tem o foco apenas nos professores, mas também visam analisar os projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas se abrangem as atividades/conteúdos étnico-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visa propor uma reflexão aos leitores simpatizantes ou não das relações étnico-raciais com ênfase a comunidade da Educação Física Escolar, da importância para reestruturação e reconstrução dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições escolares a fim de materializar a aplicação de um plano de ação envolvendo



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

toda a comunidade escolar, plano de ação esse que contemple o que já se encontra instituído em lei.

Faz-se necessário que a Lei 10.639/03 seja efetivamente aplicada, pois a mesma nos possibilita discutir ações pedagógicas educacionais para a educação das relações étnico-raciais e com isso reconstruir o currículo que hoje se encontra pautado pela cultura eurocêntrica de atividades e expressões que cada vez mais vem afundando a Educação Física Escolar e reduzindo a mesma ao estado de “rola bola”, em um currículo multicultural, descolonizado, descentralizado e democrático que valorize outros saberes, tornando assim o leque das atividades/conteúdos da Educação Física Escolar uma disciplina potencial para o rompimento do preconceito e da discriminação no ambiente escolar.

Esperamos que este estudo possa vir a contribuir para que os professores de educação física reflitam suas práticas pedagógicas e sintam-se estimulados a inserir o ensino da história e da cultura Afro-brasileira e Africana em suas aulas de educação física, esperamos ainda ampliar as discussões acadêmicas acerca da temática despertando anseios para novas pesquisas sobre as relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília: MEC/SEF, v.7, 1997.

_____. *Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 03 abril 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília. Secad /MEC, 2004.

CANDAU, Vera Lucia. *Sociedade, Educação e Culturas*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

CORSINO, Luciano Nascimento; AUAD, Daniela. *O professor diante das relações de gênero na Educação Física escolar*. São Paulo: Cortez, 2012



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

GOMES, Nilma Lino. *Cultura negra e educação*. Revista Brasileira de Educação nº 23. Maio/Jun/Jul/Ago. 2003. p. 75-85.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Movimento negro e educação*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, ANPEd, n.15, p. 134-159, et./out./nov. /dez. 2000.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. *Políticas Curriculares Nacionais e Práticas Pedagógica: Possibilidades Abertas pela Lei 10639/2003 para o Estudo das Relações Étnico-Raciais na Escola*. Dourados. MS: Junqueira e Marin, 2012.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, secretaria da educação de ensino fundamental. 2001. 202p.

NEVES, Gilberto. *Educar para a igualdade: combatendo o racismo na educação*. Uberlândia, MG: Sincopel, 2008. 126 p.

PINHO, Vilma Aparecida de. *Relações raciais no cotidiano escolar: Percepções de professores de educação física sobre alunos negros*. (Coleção Educação e Relações Raciais, 9). Cuiabá: EdUFMT, 2007. 86 p.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, Andréia Lisboa. *De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiro*. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2005.

SOUZA, Maria. Izabel Porto de; FLEURI, Reinaldo Matias, (2003). Entre limites e limiars de culturas: educação na perspectiva intercultural. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A. p. 53-84.

SOUZA, Marina de Mello e. *Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África*. Revista História Hoje, v.1, 2012. Disponível em <<http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/3>>. Acesso em 31 março 2017.



A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FORMA DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN E OS SEUS BENEFÍCIOS

Autor 1: Cariele Patrícia dos Santos Insfran¹.

Eixo Temático: Educação e Inclusão

RESUMO

Este artigo tem como objetivo coletar dados através de uma pesquisa bibliográfica informações em que a disciplina de Educação Física consiga de alguma maneira, encontrar metodologias para incluir alunos com deficiência, em que a síndrome de Down é o principal sujeito a ser estudado. No decorrer do artigo será relatado sobre a história da inclusão, o que é, por que fazer e como fazer a inclusão, a história de como surgiu a síndrome de Down, quais são suas características diferentes de pessoas sem deficiência, as capacidades que podem ser desenvolvidas através da atividade física, os benefícios para os alunos, o que os professores em geral a escola deverá enfrentar e como solucionar esta situação.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência; Educação Física; Síndrome de Down.

1. COMO TUDO COMEÇOU

Quando se escuta falando de Educação Física, já se dá entendimento onde as pessoas são incluídas na disciplina, pois a maioria dos alunos gosta de fazer a aula, seja pelo fato que todos podem participarem fazendo qualquer atividade física, não precisa gostar de um esporte, mas pode se identificar com umas brincadeiras, no corpo humano e ou em outros conteúdos que são trabalhados na área da Educação Física.

Há um ano atrás vivenciei uma cena onde tive a oportunidade de conhecer um aluno com síndrome de Down, mas nenhuma matéria inclui o aluno, até mesmo o professor de Educação Física não incluía ele em suas aulas, foi então que através de referências bibliográficas obtive resultados onde mostra como incluir o aluno com síndrome de Down nas aulas de Educação Física, quais os benéficos que a disciplina traz para o aluno, mostrando por parte como surgiu a síndrome de Down, as características do aluno, entre diversas outras descobertas.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física, das Faculdades MagSul.

2. HISTÓRICO DA INCLUSÃO

No mundo existem milhares de pessoas, incluindo aquelas que têm algum tipo de deficiência e por muito tempo a sociedade excluiu essas pessoas do mundo, eram considerados naquela época como fracos, tonto, entre outros nomes.

No século XX, dependendo da deficiência e da dificuldade que a criança nascia, poderiam passar um bom tempo em instituições, até mesmo em hospitais e em poucos casos podiam ser cuidada em suas próprias casa, quando ficavam na idade de irem frequentar uma escola não podiam assistir aula e de ter uma aprendizagem como as outras crianças sem deficiências, a não ser aquelas que eram consideradas uma incapacidade moderada (WISE; GLASS, 2013, p. 13).

De acordo com os mesmos autores acima, no ano de 1944, construíram escolas especiais para educar crianças com deficiência, surgindo uma Lei de Educação, em que se estabeleceu categorias de dificuldades, eram pessoas com deficiências visuais, com incapacidades na fala, em limitações físicas, e tinha também aqueles que era considerados que não tinha nenhuma capacidade de serem educadas. Anos depois, em 1970 houve uma alteração na Lei, em que virou obrigatório ter educação para todo tipo de criança com dificuldades.

Em 1981, a Lei de Educação começou a seguir muitas coisas que o Comitê de Warnock proporcionava, com objetivos de que a aprendizagem de alunos com ou sem deficiência, deveria ser as mesmas, com isto os alunos com qualquer tipo de deficiência poderia conhecer o mundo em que viviam, ter responsabilidades, como qualquer outro, para trabalhar e cuidar da sua própria vida.

Grupos de direitos das pessoas com deficiências, como o Independent Panel for Special Educational Advice (IP-SEA) foram uteis em ajudar a mudar a visão das criança com dificuldades de aprendizagem, de maneira que elas fossem vistas primeiramente, e somente, como crianças, o papel da escola era o de proporcionar as oportunidades aprendizagem mais adequada para cada criança. Apesar dessa filosofia, permaneceu uma grande preocupação nas escolas comuns em relação ao cumprimento das necessidades dessas crianças (WISE; GLASS, 2003, p. 14).

O que é a realidade, pois por mais que existam Leis e direitos para eles, ainda muitas escolas têm um pouco de receio em trabalhar com criança com qualquer tipo de deficiência, talvez seja o medo de não conhecer as dificuldades que iram ter que enfrentar ou por não

terem professores adequados para esse tipo de inclusão, mesmo nos dias de hoje.

De acordo com Mantoan (2003, p. 21)

a integração e inclusão vem sendo uma polêmica entre professores que trabalham com alunos com deficiência, existem também os pais de outros alunos que os filhos não tem nenhum tipo de deficiência, que acaba não vendo que o mundo mudou muito e acabam indo contra a inclusão, por acharem que o nível da escola vai cair de nível, não sendo mais a mesma qualidade e em alguns casos, por preconceito.

O aluno com deficiência tem total acesso para estudar em qualquer escola, pois a integração está mais voltada para inserir os alunos, seja como ele for, com ou sem dificuldades especiais, em escolas regulares ou especiais.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia do que está aptos a inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas o aluno tem de mudar para se adaptarem as suas exigências (MANTOAN, 2003, p. 23).

Os alunos com qualquer tipo de deficiência podem estar inseridos nas escolas, porém isto não significa que haja inclusão, eles têm o direito de frequentar a escola regular, mas nem sempre os professores procuram metodologias para que não haja exclusão, uma aula ou outra diferenciada para incluir o aluno não faria nenhum mal, mesmo nos dias de atuais não há muita inclusão como deveria acontecer. Não apenas por causa do professor, mas também por pais de outros alunos que não aceitam que seus filhos sem deficiência se junte com pessoas com síndrome de Down, até mesmo por falta de interesse do aluno.

Entretanto, existem aqueles professores que são totalmente ao contrário, que sempre acham maneiras de incluir seus alunos, tendo síndrome de Down ou qualquer outra deficiência, que busca meios para alcançar o papel de professor e ensinar sua disciplina e colocar em prática.

A inclusão não está voltada para os direitos de pessoas com deficiência, mas sim para incluir os alunos, não importando quais estratégias o professor fará para que isto aconteça, que as considerações devem ser que todos participem da aula. “O objetivo da integração é inserir um aluno, ou grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão,

ao contrário é de não deixar ninguém no exterior” (MANTOAN, 2003, p. 24).

Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular, as escolas atendem as diferenças sem discriminar, sem trabalhar a parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação de aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidade educacionais especiais) (MANTOAN, 2003 p. 25).

O que deveria existir é a ligação entre a integração e inclusão, em que todos têm seus direitos e deveres, fossem aplicados tanto para o professor quanto para os alunos, com ou sem deficiência. O aluno com síndrome de Down participar de uma escola regular, sendo integrado nas aulas de do professor incluir todos.

Conforme Mantoan (200), todos tem direito a escola e a educação, seja como o aluno nascer, de acordo com a Constituição Federal, toda escola deve atender a política em relação aos direitos de todos alunos, aos princípios e não pode de maneira alguma excluir qualquer um que seja.

Na concepção inclusiva e lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral (MANTOAN, 2003, p. 38).

Em todo caso, a escola de certa forma acaba sendo base de onde as pessoas começam aceitar as diferenças umas das outras, não importando qual seja, aprendendo também há respeitar acima de tudo, para que não possa haver nenhum tipo de preconceito. O professor tem o papel de buscar novos cursos, novos métodos, para que esteja preparado quando tiver que incluir alunos com necessidades especiais, seja ela qual for, para que assim possa ter uma aula prazerosa, não apenas para os alunos, mas para si mesmo.

De acordo com Mantoan, (2003, p. 55) nada adiantaria que todos os alunos sejam integrados nas escolas si não houver aprendizagem para o aluno. “Aceitar um aluno com deficiência não significa que ele está sendo incluído”, mas sim que a escola esteja fazendo seu

papel de matricular qualquer aluno, já a inclusão estaria relacionado que todos fossem aceito do jeito que fossem e acima de tudo que o conhecimento das disciplinas cheguem para todos da mesma maneira. “Por isso, sou clara ao afirmar que falta muita vontade de virar a mesa, ou melhor, de virar a escola do avesso, e já faz tempo que estamos retendo essa possibilidade de revolucionar” (MANTOAN, 2003, p. 56).

Nas redes de ensino público e particular que resolvam adotar medidas inclusivas de organização escolar, as mudanças podem ser observadas sob três ângulos: o dos desafios provocando por essa inovação; o das ações no sentido de afetiva- lá nas turmas escolares; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem a educação a educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos (MANTOAN, 2003, p. 56).

O professor e a escola em geral deveriam criar aulas e projetos com brincadeiras, atividades em que todos consigam realizar a atividade. Parece ser uma ideia muito simples para várias pessoas, mas para o professor que estará aplicando a atividade, será uma grande conquista, ao ver o seu aluno especial com os outros praticando sua aula, e também para o aluno, pois vai se sentir mais confiante, com isto, vai querer participar mais vezes, contudo ambas partes saíram satisfeito da aula.

“A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas” (MANTOAN, 2003, p. 57), ou seja, se a pessoa escolheu trabalhar na área da licenciatura, deve estar ciente que haverá desafios, tendo que encontrar meios para incluir seus alunos, seja qual for a deficiência da criança ou do jovem, isto não se encaixa só na parte de pessoas com síndrome de Down, ou com qualquer outro tipo de deficiência, até porque a palavra inclusão se refere a muitas coisas, sendo ela trabalhar com pessoas de raças, religião sexos diferentes uns dos outros.

3. HISTÓRIA DA SÍNDROME DE DOWN

Há muitos anos atrás, por volta de 1838, teve a primeira descrição de que existia a pessoa com Síndrome de Down, mais não foi concretizado. Alguns anos depois, em 1846, Edouard Seguin, descreveu um de seus pacientes com a aparência com as mesmas características, chamando ele idiota furfuracea.

Em 1866, Duncan descreveu uma menina com os olhos puxados como se fosse chineses, a cabeça pequena e redonda, entre outros fatores. No mesmo ano, o médico

chamado John Langdon Down, publicou um trabalho descrevendo características de uma pessoa com Síndrome de Down, como nos dias de hoje. “O cabelo não é preto, como é o cabelo de um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, liso e escasso. O rosto é achatado e largo. O olho posicionado em linha oblíqua” (PUESCHEL, 2003, p. 48).

Assim o mérito que o médico J. L. Down, ter dado o nome, pois foi ele quem conseguiu distinguir a diferença de uma criança com Síndrome de Down, de outra sem nada, ou seja, foi ele quem reconheceu as características físicas e a descrição de como entidade distinta e separada.

Depois de 1866, não houve mais nenhum registro que foi publicado, por quase uma década. Em 1876, J. Frase e A. Mitchell descreveram sobre o pescoço encurtado, eles receberam o mérito por terem feito o primeiro relato científico sobre os Down, em Edimburgo.

Em 1877, Willian Ireland incluiu pacientes com Síndrome de Down, em seu livro como crianças especiais. Anos depois, por volta de 1886, Shutteworh, descrevia como crianças inacabadas. No final do século XIX, cientistas notaram que crianças com SD, sofrem com mais frequência doenças cardíacas do que outras crianças normais (PUESCHEL).

No início deste século, muitos relatórios médicos foram publicados descrevendo detalhes adicionais de anormalidades encontradas em pessoas com síndrome de Down e discutindo várias causas possíveis causas possíveis. Os progressos no método de visualização dos cromossomos em meados dos anos 1950 permitiu o estudo mais preciso de cromossomos humanos, levando a descoberta d Lejeune, há mais de 30 anos, de que crianças com síndrome de Down têm um cromossomo 21 extra. (PUESCHEL 2003, p. 50).

Atualmente, as pessoas já tem um conhecimento de como são pessoas com Síndrome de Down, e que não são tão diferentes que pessoas sem deficiência, só devem ser tratadas com mais atenção, que conseguem desenvolver tudo que uma pessoa normal faz normalmente.

4. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A partir dos genes que é determinado a aparência e as funções do corpo, o mesmo acontece com um indivíduo que nasce com Síndrome de Down, as características físicas são influenciadas pelos genes, tanto da mãe, como do pai, se parecendo até certo ponto com os pais, por exemplo, o corpo, cor dos cabelos e dos olhos, porem em um ritmo ais letu.

No caso de pessoas com Síndrome de Down, “adiciona um cromossomo a mais, e características corporais que acaba sendo diferentes dos pais, ou de qualquer outro da família sem deficiência, porém são semelhantes a crianças que nascem com a síndrome de Down”. (PUESCHEL, 2003, p. 77).

De acordo com Pueschel, (2003, p.79)

não sabem como acontece essas mudanças nos genes, que acaba interferindo no desenvolvimento mais lento, diferente de outra criança sem deficiência, as características de uma pessoa sem síndrome de Down. A criança com síndrome de Down tem a cabeça menor do que uma criança sem deficiência, e parte de trás é mais achatada na maior parte, as moleiras demoram mais tempo para fechar, pois são maiores. O rosto tem aparência de ser mais achatada, por causas dos ossos da face, pouco desenvolvidas e o nariz pequeno e afundado, entre outras diferenças como a boca, o pescoço e os pés. Aproximadamente 40% das crianças com síndrome de Down têm defeitos cardíacos congênitos, enquanto 60% são poupadas desse problema.

5. CAPACIDADES PARA SER DESENVOLVIDAS

Segundo Santos, Lamborguini e Lima, (2007, p. 17), “pessoas que nascem com síndrome de Down, possuem várias capacidades de desenvolvimento, e são bem inferiores de pessoas que não tem deficiência”. Sendo assim, desde crianças, deve-se dar uma atenção maior, para que eles desenvolvam o cognitivo, a fala e o desenvolvimento psicomotor, entre outros aspectos.

Segundo o informativo do Ministério da Saúde (1994), “ocorre a hipotonia, que é uma deficiência originada no sistema nervoso central capaz de afetar toda a musculatura e ligamentos” (SANTOS; LAMBORGUINI; LIMA, 2007, p. 18).

Através do desenvolvimento psicomotor, todas as pessoas, inclusive o Down, desenvolvem vários fatores, tais como: equilíbrio, ritmo, os exercícios respiratórios, a coordenação dos movimentos, os hábitos de postura, entre diversas outros aspectos, que podem ser trabalhados através de atividades físicas.

Hebb (1949) afirmou que as experiências no desenvolvimento adquirem uma importância cada vez maior, na medida em que subimos na escala animal filogenética, em direção a espécie humana. Com esse conjunto de evidência é possível identificar a importância da Educação Física em oferecer experiências motoras adequadas para a criança (TANI *et al.*, 1988, p. 64).

A Educação Física não é apenas um momento de lazer, através de brincadeiras,

recreações, jogos e esportes, a pessoa que nasce com ou sem deficiência, tem tendências de uma vida mais saudável, uma melhor psicomotricidade, do que uma pessoa que não pratica nenhuma atividade física, porém não adianta também fazer de qualquer jeito, o professor deverá respeitar os limites de seus alunos e suas diferenças.

Conforme Santos, Lamborguini e Lima (2007, p. 18), no cognitivo,

as pessoas com Síndrome de Down, apresentam muito mais dificuldades, mas isto não significa que seja impossível de trabalhar nesta área com eles, até mesmo porque qualquer um pode estudar em escolas regulares, há verdade é que precisam de oportunidades, incentivos de ambas as partes, tanto dos pais e dos professores, e que não sejam comparados com os outros alunos sem deficiência, precisam de mais atenção, eles podem sim ter um bom desenvolvimento no cognitivo.

Através do incentivo as pessoas com Down podem conseguir ter bons resultados no seu desenvolvimento, não importando qual é a área ele tenha mais dificuldades, se ser trabalhar com ele todos os aspectos do desenvolvimento, se tornará cada vez mais independente, adquirindo habilidades no decorrer dos anos, conseguindo levar uma vida normalmente, igual a de pessoas que não tem nenhum tipo de deficiência.

O professor de Educação Física, os pais dos alunos com síndrome de Down e o próprio aluno devem ter vontade para alcançar todos os desenvolvimentos, seja ele qual for.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Santos, Lamborguini e Lima, (2007, p. 22), “a recreação, jogos, brincadeiras e esportes são meios para que ocorra o desenvolvimento de pessoas com síndrome de Down ou qualquer outra pessoa”.

Em relação a alunos com Síndrome de Down, eles têm muito mais dificuldades do que uma criança sem deficiência, e através da atividade física, acaba melhorando a coordenação motora, o controle da segmentação, em que acaba tendo que trabalhar mais a força do braço, com o ombro e também com o pescoço.

Conforme Lopes (2002 *apud* SANTOS; LAMBORGUINI E LIMA, 2007, p. 22), afirma que a atividade física acaba aumentando a concentração, o raciocínio lógico, a criatividade, entre outros benefícios, que melhora o desenvolvimento de todas as pessoas, inclusive pessoas síndrome de Down.

“Tanto na escola regular ou na especial, as atividades de Educação Física são

fundamentais para o desenvolvimento da pessoa com Down ou qualquer outra necessidade especial” (SANTOS; LAMBORGUINI; LIMA; 2007, p. 24).

É importante também porque melhora a autoestima e a interação social, uma vez que o corpo bem desenvolvido tem melhor estética e faz com que o indivíduo seja melhor aceito. Afinal vive-se numa sociedade que preza muito as aparências. Elas não devem ser os aspectos principais de atenção no desenvolvimento das atividades esportivas, mas é certo que não pode ser desprezada e implica nos relacionamentos (GORLA, 1997 *apud* SANTOS; LAMBORGUINI; LIMA; 2007, p. 22).

De certa forma praticar atividades físicas não ajuda apenas no desenvolvimento motor, mas sim na integração e inclusão com outros alunos, melhorando sua autoestima, autoconfiança e outros diversos benefícios que já foram citados acima no decorrer do texto.

Ainda aponta-se que pessoas com Síndrome de Down tem muita tendência de desenvolver a obesidade, ter diabetes, problema no coração e ao praticar atividades, além de melhorar o desenvolvimento psicomotor, cognitivo, ajuda a diminuir a tendência de desenvolver qualquer um desses outros problemas que podem adquirir no decorrer da sua vida. Logo, praticar atividade física é fundamental para eles, e devem cuidar também da alimentação.

REFERÊNCIAS

GLASS, Chris; WISE, Liz. **Trabalhando com Hannah**: uma criança especial em uma escola comum. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LAMBORGUINI, D. B.; LIMA E. D. N.; SANTOS, D. A. D. **Benefícios da Educação Física para alunos com Síndrome de Down da Associação Pestalozzi de Ouro Preto do Oeste, RO**. Trabalho de Conclusão do Curso (Monografia), Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Ji-Paraná/RO, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, 2003.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

TANI, Go. *et al.* **Educação Física escolar**: Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.



COMO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PODE CONTRIBUIR PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA BRASIL/ PARAGUAI?

Autor 1: Jéssica Romeiro Azambuja¹
Autor 2: Wanessa Pucciariello Ramos²

Eixo Temático: Educação Física e Inclusão

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo responder a pergunta condutora do curso de Educação Física das Faculdades Magsul - “Como o profissional de Educação Física pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida Brasil/Paraguai?” abordando para esse fim a inclusão e a exclusão do aluno nas aulas de Educação Física, como está acontecendo essa inclusão e quais as dificuldades enfrentadas sendo assim relatando aqui uma entrevista feita com um aluno do 8º ano do ensino fundamental de uma escola estadual da cidade de Ponta Porã relacionando ainda a interdisciplinaridade e o papel dela nas escolas, de suas concepções e como é tratada a interdisciplinaridade na formação do professor resultando na contribuição desses temas para a resposta da pergunta condutora. Foi possível observar o modo com que se aplica a interdisciplinaridade é, ainda hoje, bastante equivocado, uma vez que se julga como interdisciplinaridade um profissional de uma área atuar em outra área que não seja a sua; essa prática na realidade caracteriza a subdisciplinaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Exclusão; Educação Física.

1. DESENVOLVIMENTO

Na construção do presente trabalho citamos os principais aspectos da inclusão e exclusão e a importância da Educação Física na escola direcionando algumas perguntas para o aluno que se auto excluiu da aula questionando-o sobre o porquê de não participar, o que ele pensa sobre as aulas de educação física e se a metodologia do professor teria que ser mudada para que ele participasse das aulas.

“Como o profissional de Educação Física pode contribuir para a promoção da inclusão e da melhoria da qualidade de vida Brasil/ Paraguai?”

¹ Acadêmica do 5º Semestre - Educação Física/Licenciatura Faculdades (MAGSUL).

² Professora Mestre em Educação no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul e na Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS.

Segundo Frigotto (1995), vários são os desafios práticos que podem ser identificados, tanto nos processos de pesquisa quanto nos processos pedagógicos, para que se aponte para um trabalho interdisciplinar que transcenda o plano da aparência. Para este autor, se a matriz cultural herdada da modernidade desenvolveu uma cultura que escamoteia sistematicamente o conflito e as crises, no plano intelectual essa matriz se manifesta por uma postura de ecletismo.

Através de pesquisas percebemos que a Educação Física escolar inclusiva, se faz necessário reconhecer o direito de todas as crianças e jovens ao componente curricular Educação Física, através de um professor capacitado e habilitado para a prática, garantindo, além do direito, a qualidade da aprendizagem, o respeito e a compreensão das diferenças. Não existe diferença entre os alunos com alguma deficiência ou os que se dizem normais sendo que todos os estudantes têm direito de participar da disciplina Educação Física, é um componente obrigatório para todos em todas as séries e anos da Educação Básica. Tal obrigatoriedade consta da Lei nº 9.394/98 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB em seu art.26.)

O objetivo da Educação Física Escolar é contribuir na Formação geral dos estudantes, através do desenvolvimento das culturas, das capacidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, promovendo a prática de atividades físicas como componente para uma vida saudável.

Cabe a profissional de Educação Física, proporcionar e debater problema nas “salas” de aula e buscar saídas, discutir e desenvolver atividades que envolvam a questão da inclusão e exclusão nas aulas de educação física. Então é importante que se organize programas e ações que possibilitem a inclusão através das aulas de Educação Física, a qual apresenta um papel essencial na vida e na formação de todos os estudantes seja no Brasil ou no Paraguai.

No entanto, discutir e conceituar a interdisciplinaridade é de suma relevância, uma vez que existem controvérsias teórico-práticas sobre este tema, o que dificulta um real entendimento de práticas interdisciplinares no interior das realidades escolares, como também nos próprios cursos de formação de professores. Em relação à definição dos conceitos ou de um conceito para interdisciplinaridade, o debate ainda está em andamento (FRIGOTTO, 1995; AZEVEDO; ANDRADE, 2005; THIESEN, 2008; AUGUSTO; CALDEIRA, 2007; CARLOS, 2010). Sendo assim, é importante conhecer o que os docentes pensam e sabem a respeito das propostas interdisciplinares: se já trabalham desta maneira, que dificuldades encontram e que resultados têm obtido, uma vez que são um dos principais atores do cenário escolar (TARDIF, 2008; AZEVEDO; ANDRADE, 2005).

É indispensável nas aulas de Educação Física um conjunto de valores para que a criança cresça e exerça a cidadania, ética, o trabalho em equipe, o respeito às normas, à diversidade, aos colegas e às diferenças, o implantar e despertar de uma vida saudável.

A Educação Física pode significar melhorias para a qualidade de vida, proporcionando prazer e ser entendida como uma prática que não desconsidera sua deficiência e seus limites, mas sim, deixa claro sua deficiência e suas possibilidades sendo assim ocorrendo a inclusão para todos.

O papel do professor de Educação Física é preparar e formar cidadãos capazes de alcançar seus objetivos não só nas aulas mais sim na vida.

2. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade surge então da necessidade de uma resposta para a fragmentação das disciplinas, ela é um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, um modo de trabalhar o conhecimento. As discussões sobre a interdisciplinaridade chegaram ao Brasil no final da década de 1960. De acordo com Fazenda (1999) uma das primeiras produções sobre essa temática no Brasil foi de Hilton Japiassu. Os trabalhos de Japiassu e Gusdorf nos dão indicações detalhadas e atuais sobre os cuidados a serem tomados na constituição de uma equipe interdisciplinar. As atenções devem se voltar para os seguintes aspectos: necessidade de estabelecimento de conceitos-chave para facilitar a comunicação entre os membros da equipe; exigências para a delimitação do objeto a ser pesquisado e repartição de tarefas e parcerias. Como relata Pontuschka (1999) o trabalho interdisciplinar não terá seus resultados imediatos, pois pensar e agir interdisciplinar são uma tarefa árdua e que se passa de um trabalho individual para um trabalho coletivo, deve se trabalhar etapa por etapa, cada professor primeiramente conhece a sua disciplina, depois busca conhecer a disciplina de outro e assim o trabalho interdisciplinar começa a ser construído.

O professor interdisciplinar na visão de Fazenda (1994, p. 31), é um ser que busca pesquisa, tem compromisso com seus alunos, identifica-se como alguém insatisfeito com o que realiza, é um profissional que luta por uma educação melhor e busca por projetos interdisciplinares em diversas áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade tem como objetivo englobar o máximo de disciplinas que possam contribuir com o conteúdo a ser desenvolvido com determinada turma, além de

despertar na comunidade escolar- professores, equipe pedagógica e alunos- um trabalho conjunto.

O educador interdisciplinar olha para o conhecimento de forma global, sem desmerecer as particularidades de cada disciplina, pois ele deve conhecer a fundo sua própria disciplina, para q eu assim possa conhecer as demais e desenvolver um trabalho de diálogo entre elas.

A interdisciplinaridade é um elo entre o entendimento das disciplinas nas suas mais variadas áreas. Sendo importante, pois, abrangem temáticas e conteúdos permitindo dessa forma recursos inovadores e dinâmicos, onde as aprendizagens são ampliadas.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. BRASIL (1999, p. 89).

Segundo Fazenda (2002), o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o dialogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas. Assim, por exemplo, aceita o conhecimento do senso comum como válido, pois através do cotidiano que damos sentido a nossas vidas.

Ampliado através do dialogo com conhecimento científico, tende a uma dimensão maior, a uma dimensão ainda que utópica capaz de permitir o enriquecimento da nossa relação com o outro e com o mundo.

A interdisciplinaridade é uma temática que é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, no qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender, entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para transpor algo inovador, abrir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado. É a busca constante de investigação, na tentativa de superação do saber.

O trabalho interdisciplinar precisa “partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários”(BRASIL, 1999, p. 88-89).

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para

resolver um problema ou compreender um determinado fenômeno sob diferentes pontos de vista. “A interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber diretamente útil e utilizável para resolver às questões e aos problemas sociais contemporâneos (Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, p. 34)”.

(...) É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Explicação, compreensão, intervenção são processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade mobiliza competências cognitivas para deduzir, tirar inferências ou fazer previsões a partir do fato observado (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. (Brasília: MEC, 2002, p. 88 e 89).

No mundo atual, moderno e informativo o professor já não é mais o provedor de conhecimento, agora ele atua como mediador da aprendizagem. Deve provocar e questionar o aluno, levando-o ao sucesso de suas pesquisas e conseqüentemente suas respostas desejadas. A escola compreende professor e aluno, envolvidos emocionalmente, a essa junção só surgirá aprendizagem se o professor lançar desafios e o aluno ser capaz de enfrentá-los.

2.1 CONHECENDO A INTERDISCIPLINARIDADE

O conceito de interdisciplinaridade é fundamental na educação contemporânea, porém a sua compreensão persiste em um desafio para os educadores. A ideia enfatizada é a de que a interdisciplinaridade seria uma prática a ser desenvolvida através de projetos instigantes no currículo e para isso requer uma profunda imersão nos conceitos de escola, currículo ou didática.

A conceituação de interdisciplinaridade é, sem dúvida uma tarefa inacabada: até hoje não conseguimos definir com precisão o que vem a ser essa “vinculação, essa reciprocidade, essa interação, essa comunidade de sentido essa complementaridade entre as várias disciplinas. É que a situação da interdisciplinaridade é uma situação da qual não tivemos ainda uma experiência vivida e explicitada, sua prática concreta, sendo assim processo tateante na elaboração do saber. (SEVERINO, 1989)

A interdisciplinaridade surge então da necessidade de uma resposta para a

fragmentação das disciplinas, ela é um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, um modo de trabalhar o conhecimento. Para BOVO (2005, p. 02) A interdisciplinaridade anseia a passagem de uma concepção fragmentada para uma concepção unitária, para isso precisa de uma escola participativa, com uma visão ampla e não fragmentada, que se torne espaço de reflexão, de trocas de conhecimentos e clareza nos objetivos.

Existe um grande desafio teórico, epistemológico e metodológico que é a relação entre as disciplinas, onde cada uma deve respeitar o limite da outra e ainda assim haver um consenso entre elas para a construção de um saber diferenciado.

3. A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Visto que a sociedade está passando por rápidas transformações e que a escola, como parte dessa sociedade também se modifica, as práticas tradicionais de ensino já não são mais efetivas no processo de aprendizagem do aluno. Diante deste novo cenário, a escola necessita de estratégias de ensino inovadoras, criativas, visando romper com o conhecimento fragmentado.

Falta formação suficiente e força de vontade para se pensar a interdisciplinaridade, pois se determinadas disciplinas possuem o mesmo conteúdo, porque não trabalhá-los em perspectivas diferentes? “Propostas interdisciplinares na prática pedagógica que não romperem com essa tradição estão fadadas a reforçar o senso comum” (FRIGOTTO, 1995, p. 54)

Como relata Pontuschka (1999) o trabalho interdisciplinar não terá seus resultados imediatos, pois pensar e agir interdisciplinar é uma tarefa árdua em que se passa de um trabalho individual para um trabalho coletivo, deve-se trabalhar etapa por etapa, cada professor primeiramente conhece a sua disciplina, depois busca conhecer a disciplina de outro e assim o trabalho interdisciplinar começa a ser construído.

Ainda existe a dificuldade por parte dos professores e se relacionar com as demais disciplinas, pois ficam presos somente a que eles ministram, não há as vezes uma troca de saberes, por isso que a interdisciplinaridade exige uma nova postura da escola, dos professores e dos próprios alunos.

O professor interdisciplinar, na visão de Fazenda (1994, p.31), é um ser que busca, pesquisa, tem compromisso com seus alunos, identifica-se como alguém insatisfeito com o

que realiza, é um profissional que luta por uma educação melhor e busca por projetos interdisciplinares em diversas áreas do conhecimento.

Ele encontra no ambiente escolar um campo fértil, não só para o ensino-aprendizagem de habilidades acadêmicas, mas também um espaço de interação mútua que o possibilita levar o aluno a crescer, respeitar-se e respeitar os outros. Tem em suas mãos a possibilidade de elaborar objetivos e procedimentos que tenham por meta melhorar ou promover a competência social e as relações interpessoais dos alunos.

Deverá ser capaz de inovar, variar suas técnicas de ensinar, buscar qualidade e não se deter em quantidades de conteúdos, ter bom relacionamento com as crianças, e além do mais ser amigo. O professor deve ensinar seus alunos para conviverem em sociedade, valorizar sempre as questões sociais como dignidade, caráter, bondade e honestidade.

A interdisciplinaridade tem como objetivo englobar o máximo de disciplinas que possam contribuir com o conteúdo a ser desenvolvido com determinada turma, além de despertar na comunidade escolar – professores, equipe pedagógica e alunos – um trabalho conjunto, possibilitando uma visão holística dos conteúdos partindo do conhecimento prévio do aluno.

A intenção é possibilitar ao aluno uma aula tanto quanto mais interessante e fácil compreensão do conteúdo a ser aprendido de uma maneira em que outros professores possam estar trabalhando em sala de aula com o mesmo assunto, mas relacionado à sua matéria.

Com a experiência que adquirida no trabalhando o tema da interdisciplinaridade nas aulas, percebe-se que os professores, mesmo estando a par destas discussões, ainda não conseguiram romper com as práticas tradicionais de ensino, portanto a função da interdisciplinaridade na escola entre outras seria quebrar com a dicotomia instaurada a anos no processo de ensino-aprendizagem e promover um ensino capaz de fazer com que os alunos reflitam sobre o estudado, possibilitando a prática de pesquisas, indagações, argumentos que os tirem da passividade e os levem a ser críticos, deve ser aberto o espaço para diálogos e perguntas, acolhendo aquilo que o aluno questiona.

4. EXCLUSÃO/INCLUSÃO

Um dos fatores importantes para que a inclusão aconteça durante a aula é a participação efetiva dos alunos nas atividades propostas nas aulas e o entendimento dos benefícios que a aula de Educação Física pode trazer para o aprendizado e para a qualidade de vida através da prática da atividade física. A exclusão ocorre a partir do isolamento social que é uma das causas segundo pesquisas a falta e a má qualidade de interação social estruturadas pelos próprios alunos é capaz de provocar a exclusão nas aulas de Educação Física. Através da entrevista feita com um aluno do 8º ano do ensino fundamental de uma escola estadual em Ponta Porã foi constatado que ele não participa da aula de Educação Física porque não se sente a vontade em participar de atividades recreativas e segundo ele a educação física tinha que ser direcionada apenas para o esporte como o futsal. Ele se auto exclui das atividades feitas pelo professor e prefere apenas observar a aula.

A inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (Cidade e Freitas, 1997).

Segundo Pedrinelli (1994: 69), "todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor".

Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de Inclusão, porque o professor sabe e pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o presente trabalho contribui para respondermos a pergunta condutora do curso e tratar sobre a interdisciplinaridade e temas como a inclusão e a exclusão. Abordamos aqui a entrevista que foi feita com um aluno e conceitos que ele tem sobre a educação física. Mostramos também caminhos que um bom profissional de Educação Física de percorrer para não se tornar mais um "rola bola", isso é fundamental para que façamos a diferença não só no profissional, mas no pessoal, como futuros professores temos que estar felizes com o que iremos fazer e fazer com amor.



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

Com todos os conhecimentos adquiridos até o momento, acredita-se que é possível que o trabalho interdisciplinar ocorra na escola e na graduação, porém faz-se necessário ter pessoas empenhadas para que isso aconteça, deixando de lado o modelo existente e buscando um novo modelo de construção do conhecimento.

Em suma, percebe-se que a interdisciplinaridade precisa ser vivenciada, exercida, praticada nas escolas e para isso exige que a comunicação, o diálogo seja trabalhado em primeiro lugar, para que assim haja a troca de conhecimentos entre as disciplinas, a sistematização das ideias e busca por um trabalho e conjunto, ocorrendo assim a inclusão também inserida no contexto.

Porém, ainda é um grande desafio, que deve ser visto pelos professores que estão presentes hoje na sala de aula, encarando-a como uma atividade atrativa aos alunos, afinal é difícil a aceitação de algumas disciplinas, pois muitos alunos possuem preferências por algumas e deixam as outras de lado, mas fica claro que a superação dessa visão única, começa a ser transformada quando os futuros professores tem acesso a essas práticas interdisciplinares como vem acontecendo.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. A. R. ANDRADE, M. F. R. O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar. Editora UFPR. Educar, Curitiba, n. 30, p. 235-250, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- BOVO, Marcos Clair. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógica. Urutagua, Maringá, n. 07, ago-nov, 2005.
- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência. Uberlândia, 1997.
- FAZENDA, Ivani Arantes. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na formação de professores. Revista do centro de educação e letras da UNIOESTE, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 01, p. 93-103, 2008.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.
- FAZENDA, Ivani. *A Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

ciências sociais. *In*: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia. *In*: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Interdisciplinaridade: aproximações e fazeres. *Terra Livre: as transformações no mundo da educação*, São Paulo, n. 14, 100-124, jan-jul 1999.



HISTÓRICO DA DISLEXIA: DIFICULDADES E QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS DISLEXICAS¹

Autor 1: Larissa Cristaldo de Lima.²
Autor 2: Wanessa Pucciariello Ramos³

Eixo Temático: Educação Física e Inclusão

RESUMO

O trabalho é parte integrante de um trabalho de conclusão de curso que vem abordar a relação entre alunos disléxicos e a arte marcial chamada Karate-Do. Este trabalho tem como objetivo descrever a dislexia e posteriormente esclarecer alguns conceitos referentes ao estudo da dislexia, dando uma base teórica e histórica para as referências encontradas no Brasil e no mundo. Utilizando de uma metodologia de coleta e análise de dados bibliográficos o que torna os resultados restritos a uma introdução nos conceitos que permeiam a dislexia e seus pressupostos teóricos, tornando bastante evidente que grande parte dos trabalhos brasileiros tem embasamento nos trabalhos divulgados no exterior.

PALAVRAS-CHAVE: Dislexia, Educação Física, Karate-Do.

INTRODUÇÃO

A dislexia hoje esta entre as doenças mais diagnosticadas no meio escolar e a busca por melhores condições intriga pesquisadores e professores para uma melhor interpretação das condições de aprendizagem.

A dislexia hoje ganha cunho na esfera nacional, pois como muitos profissionais não a conhecem direito entendem que qualquer dificuldade pode ser enquadrada como dislexia, tornando assim mais difícil de identificar quem realmente tem esse distúrbio e quais as formas corretas de tratamento.

É notório que na escola temos diversos relatos de professores que colocam os alunos como disléxicos, por qualquer motivo, mas o motivo mais relevante é a dificuldade na aprendizagem. Algumas vezes esses alunos não possuem laudos e passam apenas pelo achismo das experiências dos profissionais, em alguns casos existe um laudo de um

¹ O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Acadêmica da Graduação em licenciatura em Educação Física (MAGSUL).

³ Professora Mestre em Educação no curso de Educação Física nas Faculdades Magsul e na Rede Municipal de Ensino de Ponta Porã-MS.

fonoaudiólogo que dá um parecer a respeito da dificuldade na aprendizagem dos alunos; Não sendo necessariamente um laudo final que comprove a dislexia, pois para que seja comprovado este aluno necessita de uma avaliação de um especialista e ainda de um neurologista.

Fui diagnosticada com dislexia com sete anos por um especialista em neurologia, como este distúrbio que ainda era pouco conhecido e tive algumas dificuldades de adaptação na escola e na vida social. O que me permitiu diminuir as dificuldades tanto na escola como nas relações sociais foi a prática do Karate-Do, o qual proporcionou experiências e conhecimentos muito ricos para meu desenvolvimento pessoal.

O problema que interpele a este trabalho será uma pesquisa de revisão de literatura juntamente com um estudo de caso onde através da arte marcial chamada Karate-Do buscaremos meios para diminuir as dificuldades do dia a dia de pessoas que possuem Dislexia, assim nosso objetivo é buscar trabalhos que relate as dificuldades dos alunos disléxicos e assim relacionar a prática do Karate-Do para minimizar os efeitos deste distúrbio.

A pesquisa busca evidenciar e compreender relatos acerca dos alunos disléxicos e suas dificuldades na esfera cognitiva, afetiva e motora, pois buscamos mensurar quais os comprometimentos afins entre os alunos, identificando essas dificuldades em qualquer esfera e assim permitindo uma comparação com estudos na área das artes marciais buscando meios para proporcionar melhora em qualquer uma dessas esferas, integrando a pessoa e o tornando parte de algo que não somente fará bem para seu corpo, mas para seu intelecto e também para suas relações sociais.

O objetivo deste trabalho é mensurar meios de integrar alunos com dificuldades de relacionamentos, de aprendizagem cognitiva e motora. Usando relatos na arte marcial para proporcionar bem estar e qualidade de vida a pessoa disléxica.

No primeiro momento será necessária uma investigação para poder compreender quais os fatores que influenciam nas relações das pessoas disléxicas, permitindo assim um apanhado de trabalhos que contenham informações a respeito da dislexia. Com a avaliação dos trabalhos buscaremos evidenciar as dificuldades e também identificar através da arte marcial um meio para diminuir os comprometimentos que os alunos encontram nas esferas sociais, cognitivas e afetivas.

Buscando como objetivo geral identificar e quantificar quais as maiores dificuldades de uma pessoa dislexia e de que forma o Karate-Do pode auxiliar essa pessoa nas esferas cognitiva, motora e afetiva para proporcionar bem estar e qualidade de vida. Assim

tendo como objetivos específicos conceituar quais as dificuldades são mais limitadoras para uma pessoa disléxica; Identificar como Karate-Do atua na mudança da rotina e integração das pessoas atuando diretamente na qualidade de vida do disléxico; Mensurar e quantificar a melhoria nas relações sociais, afetivas e motoras de alunos disléxicos praticantes de Karate-Do.

A metodologia a ser utilizada será uma pesquisa de revisão de literatura associada à coleta de dados referente à dislexia e também um estudo de caso no qual serão utilizados procedimentos qualitativos para identificar quais as maiores dificuldades encontrados neste público, tornando assim menos complexa a identificação de uma intervenção coerente e eficaz para proporcionar a essa amostra bem estar e qualidade de vida.

A pesquisa será desenvolvida de maneira bibliográfica, conceituando e elencando os fatores que permitiram uma discussão a respeito do nosso objeto de pesquisa, sendo assim, nossos instrumentos de busca: os livros, trabalhos acadêmicos, especialização e ainda poucos trabalhos na área de mestrado que contenham o assunto a ser tratado. Posteriormente com um estudo de caso, buscaremos identificar quais as maiores dificuldades dos alunos disléxicos para possível intervenção com a prática do Karate-Do para melhoria da qualidade de vida destes alunos.

A primeira análise será objetiva para identificar quais as dificuldades e sendo elas muitas, trabalharemos apenas com as maiores dificuldades. Tornando o trabalho uma análise dos casos já relatados por profissionais. Em um segundo momento identificar como estas dificuldades poderão ser trabalhadas através da arte marcial chamada Karate-Do para proporcionar qualidade de vida a pessoa disléxica.

HISTÓRICO DA DISLEXIA

Iniciaremos um breve relato do que é a dislexia e de seus caminhos até chegar aos dias atuais, e ainda, citar alguns autores que tiveram seus trabalhos relevantes em âmbito mundial. “O termo dislexia sugere um problema de ordem médica, porém, é também vinculado com a área educacional, uma vez que o mesmo é avaliado sob a prevalência do contexto escolar” (FREITAS, *et al.* 2014, p. 3).

Em 2003, a Associação Internacional de Dislexia adotou a seguinte definição: Dislexia é uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldade na correção ou fluência na leitura das palavras e por baixa competência ortográfica. Estas dificuldades resultam em um déficit fonológico, inesperado, em relação as

outras capacidades cognitivas e às condições educativas. (TELES, 2004, p. 714, 715)

Compreendemos que não se trata de um fator genético, fator de formação do feto e da criança, mas sim de uma disfunção cerebral que gera dificuldades específicas na parte identificação das letras e palavras e na pronúncia das mesmas. “Nessa perspectiva, esse assunto não se trata somente de um problema escolar, mas de um quadro importante que carece de um olhar educacional, clínico e pedagógico.” (FREITAS, *et al.* 2014, p.5)

A dislexia é um termo complexo que traz referências de seus transtornos desde os primeiros escritos sobre o desenvolvimento humano, tornando assim muito difícil conceituar de maneira específica a data de suas primeiras manifestações, porém alguns pesquisadores começaram a conceituar os preceitos que rodeiam a dislexia. Tentaremos expor de maneira objetiva alguns relatos que tem maior expressividade frente aos outros já relatados.

HISTÓRIA DA DISLEXIA NO MUNDO

“Embora o termo dislexia apareça como um assunto novo ou pouco conhecido na comunidade escolar, a leitura revela que esse assunto é antigo, porém, pouco explorado pelos profissionais de educação.” (FREITAS *et al.* 2014, p. 2) Assim entendemos que o assunto tem uma certa relevância em países europeus e tentaremos expor a realidade local acerca deste determinado termo.

O relato mais antigo encontrado é no trabalho de GONÇALVES (2012, p. 81) diz que:

Identificada pela primeira vez por Berkman, em 1881, o termo “dislexia” só foi usado em 1887 por Rudolf Berlin, um oftalmologista alemão. Ele usou o termo para se referir a um jovem que apresentava dificuldade em ler e escrever, mas apresentava habilidades intelectuais normais em todos os outros aspectos.

Além deste texto supracitado o autor Rudolf Berlin, ou ainda conhecido apenas como Berlin, é citado em diversos trabalhos sobre o tema, sendo um dos mais conceituados a cerca do assunto na Alemanha nas décadas de 80 e 90.

Segundo EVANS Apud OLIVEIRA (2004, p. 6) “A dislexia foi diagnosticada pela primeira vez em 1896, pelo neurologista inglês Pringle Morgan, que a chamou de cegueira verbal congênita e definiu-a como um transtorno de aprendizagem na leitura e na escrita”

E também segundo TELES (2004, p.3): “Em 1896, Pringle Morgan, descreveu o caso clínico de um jovem de 14 anos que, apesar de ser inteligente, tinha uma incapacidade quase

absoluta em relação à linguagem escrita, que designou de ‘cegueira verbal’”. Entendemos que Pringle Morgan foi o primeiro a diagnosticar e a escrever sobre um estudo de caso na Inglaterra.

De acordo com GONÇALVES (2012, p. 82) “Alguns anos mais tarde, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra (1915 – 1940), Samuel Orton, neuropsiquiatra americano, defendia que a dificuldade de ler se devia a uma disfunção cerebral de origem congênita”. Neste momento surge uma nova linha de pesquisa referente à dislexia, visto que os trabalhos na Europa já estavam avançados, alguns neurologistas e psiquiatras americanos montaram uma comissão para estudar os distúrbios da fala e da escrita, apontando que essa disfunção seria de origem cerebral congênita e não de aprendizagem.

HISTÓRIA DA DISLEXIA NO BRASIL

Dos autores brasileiros foram encontrados poucos trabalhos que permita um estudo pertinente ao nosso assunto, tornando assim dificultosa a pesquisa, o que fez possível a nossa base teórica são as leis que de uma forma geral amparam os distúrbios e deficiências e se enquadrando a essas a dislexia, além da LDB (Lei Diretrizes e Bases) que juntamente com a Constituição de 1988 dá o direito ao cidadão de estudo e apoio educacional necessário para a alfabetização.

O que percebemos em nossa pesquisa é a grande utilização de trabalhos de origem portuguesa para embasamento nos trabalhos brasileiros, uma vez que grande parte dos trabalhos específicos na área do desenvolvimento dos disléxicos parte de Mestrados e Doutorados, e tomando como referencia a realidade social de crianças e jovens portugueses. Assim, como maioria das referencias utilizadas temos Teles, P. e Morais, J. ambos de Lisboa e fazem parte de quase todos os trabalhos pesquisados na área da dislexia.

PRINCIPAIS DIFICULDADES DAS PESSOAS DISLÉXICAS

Buscaremos aqui relatar as dificuldades mais relevantes voltadas para os indivíduos disléxicos. Porém, não existe trabalho que nos permitam conceituar de maneira incisiva quais as deficiências de um aluno disléxico. “Mas existem diversas áreas de estudos e especialistas que buscam contribuir, por meio de suas interpretações, com tratamento do individuo como também para troca de conhecimentos entre os distintos campos” (FREITAS, *et al.* 2014, p. 5) A dislexia segundo EVANS (2006, *apud.* BALLONE 2001, p. 6):

Fundamenta-se no eixo corporal, na base psicomotora, e se desenvolve

anteriormente à escrita. É de conhecimento de profissionais da área que a criança para aprender a ler necessita da consciência de seu eixo corporal, seu lado direito e esquerdo etc., e a criança disléxica não possui essa capacidade, o que a faz confundir eternamente direita e esquerda.

Notamos que a consciência corporal é trabalhada antes da alfabetização, uma vez que as funções motoras básicas são desenvolvidas desde a primeira infância, o que torna a criança capaz de se locomover e executar tarefas de simples complexidade. Com essa motricidade básica é possível trabalhar a lateralidade, a partir dos quatro anos de idade, assim já se desenvolve a consciência corporal e assim é possível a execução de tarefas um pouco mais complexas que a de costume.

Em 1995, em uma definição bastante utilizada para dislexia foi apresentada como sendo um dos muitos distúrbios de aprendizagem que resulta em dificuldades que não são esperadas com relação à idade e a outras dificuldades acadêmicas cognitivas; e não um resultado de distúrbios de desenvolvimento geral nem sensorial. A dislexia se apresenta através de dificuldades em diferentes formas de linguagem, frequentemente incluindo, além das dificuldades com leitura, uma dificuldade de escrita e de soletração. (EVANS Apud. LYON. 2006, p.8)

Desta maneira, no cunho educacional podemos identificar algumas dificuldades de alunos disléxicos em graus como cita Teles, tornando mais fácil a identificação das fases desses alunos, assim TELES (2004, p. 14) aponta algumas particularidades nos primeiros anos de estudo como a “Recusa ou insistência em adiar as tarefas de leitura e escrita. Queixas dos pais e dos professores em relação às dificuldades de leitura e escrita. História familiar de dificuldades de leitura e ortografia noutros membros da família”. A dificuldade na identificação das letras e sílabas acaba gerando a dificuldade tanto na leitura como na escrita, essa dificuldade se mantém por vários anos.

A falta de estímulo para o desenvolvimento da consciência corporal nessa fase, gera uma deficiência psicomotora que serve como base para a construção de outros conhecimentos relacionados à aprendizagem.

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da Educação Básica, e assim considerada essencial, ela dá os fundamentos primordiais desta fase.[...] Brincando a criança (re) significa seu mundo, posto que o início da capacidade de significar não está nas palavras, mas nas brincadeiras. Enquanto brinca a criança, o jovem ou o adulto experimenta a possibilidade de reorganizar-se internamente de forma constante, pulsante, atuante e permanente. Por isso, incentivar as brincadeiras na Educação Infantil é uma tarefa indispensável ao educador, pois na atividade lúdica o que importa não é apenas o produto da atividade, o que dela resulta, mas a



XIII Semana Acadêmica de Educação Física IX Encontro Técnico-Científico

própria ação, o momento vivido, possibilitando quem vivencia momentos de fantasia e de realidade. (DOS SANTOS e COSTA, 2015, p. 1)

Pelos motivos supracitados que entendemos como fase importante do desenvolvimento da leitura e da escrita, pois a criança tem a necessidade de experimentar novas perspectivas e isso leva a construção de um saber básico para a alfabetização de qualidade. O que não acontece na maioria das vezes com crianças que possuam dislexia, pois as mesmas se privam de momentos como esse por imaginarem não serem capazes de realizar as atividades propostas, mesmo sendo elas as mais simples.

Na idade escolar do ensino fundamental TELES (2004, p. 15) apresenta as “Dificuldades na leitura e interpretação de problemas matemáticos. Desagrado e tensão durante a leitura oral, leitura sincopada, trabalhosa e sem fluência. Baixa autoestima, com sofrimento, que nem sempre é evidente para aos outros”. Nesta fase é muito frequente brincadeiras e “piadinhas” a respeito de como os alunos executam suas tarefas dentro de sala de aula, tornando assim muito desagradável para o aluno participar de atividades de leitura ou resoluções de problemas no quadro. A baixa autoestima se deve ao constrangimento que as atividades a frente da classe gera nesses alunos, fazendo com que não se interessem por atividades desse tipo.

A aprendizagem da criança está ligada diretamente ao desenvolvimento psicomotor. Este fator é importante para unir a Psicomotricidade com a Educação Física, desenvolvendo a criança como um todo. Pois a educação psicomotora é baseada em uma ação educativa baseada e fundamentada no movimento natural consciente e espontâneo com a finalidade de normalizar, completar ou aperfeiçoar a conduta global da criança. (DOS SANTOS e COSTA, 2015, p. 4)

Nessa fase motora o fazer torna-se o maior desafio, pois antes da execução de qualquer atividade pratica já se tem o pensamento de fracasso, tornando assim muito limitado os movimentos ao que já se consegue executar. É necessário o estímulo para que esses novos movimentos sejam incorporados e fundamentados para que sejam tratados pelo aluno disléxico como um movimento natural. É notório perceber a diferença da lateralidade dos alunos disléxicos comparados aos outros alunos, pois as atividades executadas por disléxicos tendem a permanecer inalteráveis, uma vez aprendida será reproduzida integralmente com pouca progressividade e pouca melhora na coordenação motora deste aluno.

Nos anos que permeiam a juventude e a fase adulta TELES (2004, p 16) apresenta algumas colocações referentes aos disléxicos como: História pessoal de dificuldades na leitura

e escrita. A ortografia mantém-se desastrosa preferindo utilizar palavras menos complexas, mais fáceis de escrever. Sentimentos de embaraço e desconforto quando tem que ler algo oralmente com tendência a evitar essas situações. No que tange a coordenação motora ainda não se definiu bem a estrutura espacial, tornando difícil a colocação de espaços em determinadas atividades, o distanciamento dos objetos sempre é um fator estressante, visto que, não se consegue definir com clareza a que distancia e a qual velocidade as coisas se deslocam, como exemplo os veículos nas ruas.

A QUALIDADE DE VIDA DE PESSOAS DISLÉXICAS

Nem tudo é ruim na vida de um disléxico, na maioria das vezes, existem dificuldades nas relações sociais, algumas funções motoras, etc. Porém podem surpreender em outras áreas, tornando-se excelente em atividades que não necessitem de leitura ou algo que é fator limitante para aquele individuo em específico. Assim TELES (2004, p. 16) aponta “Melhores resultados nas áreas que têm menor dependência da leitura: matemática, informática, artes visuais... Boa capacidade de raciocínio lógico, conceptualização, abstracção e imaginação. Boa compreensão dos conteúdos quando lidos são lidos”.

O que pode influenciar diretamente na qualidade de vida de alunos disléxicos é a atuação ativa e eficaz do profissional de educação física, pois permite através da pratica de exercícios em suas aulas a autoconfiança.

Quando o profissional permite que o aluno conheça seu corpo e suas capacidades, com a influencia para uma vida saudável passa a adotar hábitos saudáveis que possibilitaram lutar por uma qualidade de vida, mesmo que essa qualidade seja subjetiva aos outros alunos, visto que cada um desenvolve suas capacidades em diferentes níveis, possibilitando o aluno a pensar no que é a qualidade de vida para si.

Permitindo que o aluno desenvolva um conhecimento cultural, com influencia e explanação nas aulas de educação física, ele terá conhecimento de sua identidade cultural, fazendo com que os conhecimentos adquiridos de seu país possa influenciar em seu modo de vida. Com a formação cultural desse individuo em fase escolar a pesquisa por outras culturas e outros meios socioculturais pode fazer com que ele correlacione sua realidade com a de outras culturas para formar seu modo de pensar. (SOUZA, 2014, p18, 19).

Na fase escolar é necessário que os professores estimulem a pesquisa de novas culturas e formas de viver para que os alunos possam buscar aquelas que se identificam e assim possibilitar uma forma diferenciada de adquirirem conhecimento.

Na fase adulta as especificidades são mais evidentes como aponta TELES (2004, p. 17) “Ideias criativas com muita originalidade. Sucesso profissional em áreas altamente

especializadas como a medicina, direito, ciências políticas, finanças, arquitetura...”

METODOLOGIA

A pesquisa ocorrerá em duas fases, sendo a primeira a revisão de literatura para embasamento teórico sobre a dislexia e as dificuldades encontradas nas pessoas disléxicas.

A segunda fase da pesquisa será um estudo de caso com um ou mais alunos disléxicos e se possível uma intervenção através da arte marcial chamada Karate-Do para melhoria da qualidade de vida de alunos com dislexia.

Os materiais utilizados são trabalhos científicos e acadêmicos sobre a dislexia e sobre a arte marcial Karate-Do, além de pelo menos um aluno com Dislexia que tenha laudo comprobatório do distúrbio.

Para a intervenção será necessário espaço amplo para a prática das aulas de Karate-Do com toda a turma do aluno disléxico para que possa ser avaliado e também seja trabalhado a inclusão do mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado obtido é parcial, pois a presente pesquisa ainda está em andamento na fase de revisão de literatura e coleta de dados para produção do embasamento teórico para possível discussão na avaliação do estudo de caso que será a parte posterior da pesquisa.

O resultado final e conciso será divulgado juntamente com um estudo de caso e avaliação de uma possível intervenção através da arte marcial chamada Karate-Do para promoção de qualidade de vida para alunos disléxicos que será publicado como trabalho de conclusão de curso de Educação Física das Faculdades MagSul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira etapa do desenvolvimento psicomotor da criança é possível uma análise para identificar se existem dificuldades demasiadamente desiguais na formação das crianças na educação infantil, uma vez que esta fase é a fase de pré-alfabetização e onde as funções motoras podem proporcionar uma melhora no desenvolvimento que posteriormente será utilizado na alfabetização e desenvolvimento das atividades escolares.

É evidente que o transtorno sofrido pelos alunos disléxicos não é de origem congênita e sim por uma disfunção cerebral no que tange a área escrita e falada do indivíduo, tornando

difícil a identificação das palavras e frases, o que torna a vida escolar mais difícil que dos outros alunos.

Podemos concluir que o trabalho atingiu seu objetivo que era gerar conhecimento para um suporte teórico para uma futura intervenção prática na realidade de alunos com dislexia, tornando explícita e evidente as dificuldades enfrentadas por alunos disléxicos e tornando a intervenção um caminho possível, uma vez que o trabalho traz algumas das principais dificuldades dos alunos com dislexia.

REFERÊNCIAS

COELHO, D. T. Dificuldades de Aprendizagem Específicas: Dislexia, Disgrafia, Disortográfica e Discalculia. Revista Areal Editores. 2017

DOS SANTOS, A. COSTA, G. M. T. A Psicomotricidade na Educação Infantil: Um Enfoque Pedagógico. Revista de Educação do IDEAU. Vol. 10 – Nº 22 – Julho - Dezembro 2015.

EVANS, J. S. Um Estudo Sobre a Dislexia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2006.

FREITAS, F. M. HENRIQUE, M. D. C. GOMES, A. L. A Dislexia e as Leis Educacionais Brasileiras. II Congresso Nacional de Educação. 2014.

NICO, M. A. N. Dislexia. Texto de Apoio ao Curso de Especialização, Atividade Física Adaptada a Saúde Prof. Dr. Luzimar Teixeira. (sem ano)

PIMENTA, D. C. F. G. Dislexia: Um Estudo Sobre a Percepção de Professores do Ensino Fundamental. V Seminário Nacional de Educação Especial. Universidade Federal de Uberlândia. (sem ano)

SOUZA, M. V. TELES, P. Dislexia: Como Identificar? Como Intervir? Revista Portuguesa de Clínica Geral – Dezembro de 2004.

GONÇALVES, D. L. S. Como Trabalhar com Crianças Disléxicas. Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar. Nº 7, p. 81 – 85. 2012.